

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **RECURSO :**

Prezados, nossa desclassificação ocorreu injustamente, pois conforme edital do presente pregao eletronico, o item 11.10.4 Comprovação da boa situação financeira, o qual nos desclassificou por falta de envio NÃO PROCEDE. O documento foi enviado juntamente da proposta inicial, parte integrante do Balanco Patrimonial. Pedimos, respeitosamente vossa avaliação nos documentos enviados.

[Voltar](#)   [Fechar](#)



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## RECURSO ADMINISTRATIVO

**Requerente: S M MOVEIS DE ITABORAI LTDA**

**Referente ao Processo nº 13.113/2023**

**Pregão Eletrônico nº 001/2023**

Trata-se de **RECURSO contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2023**, interposto pela empresa **S M MOVEIS DE ITABORAI LTDA** inscrita no CNPJ sob o 11.674.091/0001-67, com sede na Rua Antonio Carlos Guedes, sn, quadra 19 - lote 18, Manilha, Itaboraí/RJ, Cep: 24800-001, vem apresentar o Recurso Administrativo.

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

*Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

*I (...)*

*XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

### II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 25/10/2023, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Município, no dia 10/10/2023, encerrando-se em 31/10/2023. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entreposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

### III. DA ANÁLISE

Trata-se o processo administrativo nº 13.113/2023 de pregão eletrônico para aquisição de mobiliário para atender as necessidades da Procuradoria Geral do Município.

#### I - DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

**A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*"Prezados, nossa desclassificação ocorreu injustamente, pois conforme edital do presente pregao eletronico, o item 11.10.4 Comprovação da boa situação financeira, o qual nos desclassificou por falta de envio NÃO PROCEDE. O documento foi enviado juntamente da proposta inicial, parte integrante do Balanco Patrimonial. Pedimos, respeitosamente vossa avaliação nos documentos enviados. "*

#### **Resposta ao Recorrente:**

Inicialmente cabe registrar que compete a Administração Pública por meio do pregoeiro, ao julgar as propostas do Pregão o atendimento aos princípios administrativos, e ainda, segundo o art. 2º do Decreto Federal 10.024/2019, que regulamenta esta modalidade de licitação e estabelece que o pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão de INABILITAÇÃO da recorrente S M MOVEIS DE ITABORAI LTDA.

A empresa foi declarada inabilitada pelo pregoeiro após apresentação de análise econômico-financeira assinada por profissional contábil, porém sem juntar a certidão de habilitação profissional do responsável por sua assinatura. Por se tratar de documento que deveria constar junto aos documentos de habilitação, sem possibilidade de saneamento, tornando o documento apócrifo. A falta de juntada torna o documento apócrifo, sem condições de atestar sua autenticidade, pois, desnuda o documento da necessária e imprescindível formalidade legal, uma vez que a Resolução CFC nº 1.637/21 estabelece que o exercício da profissão contábil, tanto no setor privado quanto na esfera pública e no Terceiro Setor, constitui prerrogativa exclusiva dos contadores e dos técnicos em contabilidade, legalmente habilitados na forma da lei e demais regulamentos do CFC.

Ainda, conforme consta evidente no item 11.10.4, *in verbis*:





PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

“11.10.4 Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o modelo (ANEXO VI – Análise Econômico-financeira), acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

*Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.*

*Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.*

*Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.” (grifei e negritei)*

Logo, não há como se questionar que a licitante não cumpriu com o item 11.10.4, pois não realizou a juntada de certidão de habilitação do profissional contábil responsável pela escrituração contábil de sua empresa. Deste modo, não comprovou a habilitação do profissional para elaborar os índices.

E ainda, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295/1946, configura como atribuição do profissional contábil a apuração dos índices, devendo a prática contábil ser exercida por profissional devidamente regularizado, verbis:

“Art. 25. São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

a) organização e execução de serviços de contabilidade em geral;

b) escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;

c) perícias judiciais ou extra-judiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extra-judiciais de avarias grossas ou comuns, assistência aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.



PROCESSO Nº

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*§ 1º Os serviços profissionais de contabilidade são, por sua natureza, técnicos e singulares, quando comprovada sua notória especialização, nos termos da lei. (Incluído pela Lei nº 14.039, de 2020)*

*§ 2º Considera-se notória especialização o profissional ou a sociedade de profissionais de contabilidade cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. (Incluído pela Lei nº 14.039, de 2020) (grifei)*

Por fim, cumpre-se, ainda, enfatizar que conforme prevê a redação do art. 41 da Lei 8.666/93, “A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E ainda, no Art. 43º § 3º, fica vedada a inclusão de qualquer documento aos autos que possa ferir os princípios de tratamento isonômico e competitividade entre os licitantes:

## CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito nego-lhe provimento. Por não restar dúvidas da conformidade e regularidade da sessão pública realizada, observadas todas as formalidades dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e por todas as razões supracitadas em conformidade ao ordenamento jurídico apresentado.

Mantenho a decisão de inabilitar a empresa **S M MOVEIS DE ITABORAI LTDA**

Dê ciência da decisão à licitante vencedora e demais concorrentes e interessados da licitação.

Saquarema, 14 de novembro de 2023.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro

*Guilherme V. e Castro*  
Diretor Adjunto de Licitação  
Mat. 8199